



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 007. PROVA OBJETIVA

ENGENHEIRO – CIVIL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira a seguir para responder às questões de 01 a 03:

O Melhor de Calvin - Bill Waterson



(Bill Waterson, *O Melhor de Calvin*. <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 02.02.2025)

01. A leitura da tira permite concluir que o garoto Calvin

- (A) prefere o inverno, por isso quer suprimir a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.
- (B) detesta o inverno, por isso pretende apagar a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.
- (C) gosta do inverno, por isso pretende projetar a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.
- (D) mostra indiferença pelo inverno, por isso quer assustar a marmota usando a luz da lâmpada.
- (E) sofre com a chegada do inverno, por isso quer espantar a marmota usando a luz da lâmpada.

02. Considerando a situação de comunicação entre os personagens, é correto afirmar que a coerência da tira se altera, devido à ambiguidade de informação, com a reescrita da passagem:

- (A) ... teremos mais seis meses de inverno. → ... vai haver mais seis meses de inverno...
- (B) ... puder ver sua própria sombra... → ... puder ver sua sombra...
- (C) Se uma marmota puder ver... → Se alguma marmota puder ver...
- (D) A primeira que aparecer, você grita. → A primeira que aparecer, grite.
- (E) Se uma marmota puder ver... → Caso uma marmota possa ver...

03. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal e de flexão verbal.

- (A) Se uma marmota ver sua própria sombra hoje, serão mais seis meses de inverno.
- (B) Se uma marmota vê sua própria sombra hoje, haverão mais seis meses de inverno.
- (C) Se uma marmota vir sua própria sombra hoje, ocorrerá mais seis meses de inverno.
- (D) Se uma marmota vir sua própria sombra hoje, haverá mais seis meses de inverno.
- (E) Se uma marmota ver sua própria sombra hoje, será mais seis meses de inverno.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **04 a 10**:

### *Ocaso do transporte público em São Paulo*

A população da Região Metropolitana de São Paulo está se deslocando menos, revelou a pesquisa Origem e Destino (OD), o mais detalhado levantamento sobre mobilidade urbana do Brasil, que o Metrô paulista realiza desde 1967.

Em 2023, segundo a OD, o volume de viagens diárias recuou 15,1% em relação a 2017, para 35,661 milhões. Isoladamente, esta queda no número de deslocamentos não é um problema. Uma série de mudanças tecnológicas e comportamentais permite que, na atualidade, não seja preciso sair de casa para ir ao banco, à escola ou fazer compras, por exemplo.

Mas, enquanto a queda geral nas locomoções por si só não é negativa, o fato de a pesquisa ter captado, pela primeira vez em mais de duas décadas, que os deslocamentos por transporte individual (51,2%) superaram os realizados por meio de transporte coletivo (48,8%) deveria tirar o sono dos gestores públicos.

Era questão de tempo, que a pandemia acabou por acelerar. Levantamentos anteriores já detectavam que a utilização do transporte público vinha em declínio. Agora a curva finalmente se inverteu. Percentualmente, o uso do transporte coletivo recuou 19,8% entre 2017 e 2023; foram 3 milhões de viagens/dia a menos via modais públicos.

Mundo afora, metrópoles populosas e ricas privilegiam o transporte coletivo, o que só traz benefícios tanto para os residentes quanto para os gestores públicos: a população economiza e perde menos tempo em engarrafamentos, enquanto os administradores contribuem com a redução da poluição, o que é cada vez mais necessário em tempos de extremos climáticos, e gastam menos com ações de socorro no trânsito, haja vista a queda no número de acidentes.

Insuficiente e ineficiente, o transporte público seguirá perdendo usuários e, conseqüentemente, receitas, tornando a complexa gestão financeira do sistema de transporte público ainda mais desafiadora. Já os mais necessitados seguirão comprometendo a própria renda para conseguir o básico: se deslocar.

(Opinião. <https://www.estadao.com.br>, 15.02.2025. Adaptado)

**04.** O problema que os dados da pesquisa Origem e Destino (OD) trazem à luz diz respeito ao fato de

- (A) os deslocamentos por transporte individual terem superado os realizados por meio de transporte coletivo.
- (B) os deslocamentos das pessoas terem se tornado mais demorados, independentemente do meio que optaram por utilizar.
- (C) as mudanças tecnológicas e comportamentais terem permitido atividades remotas, que dispensam deslocamentos.
- (D) as pessoas terem começado a alternar as formas de deslocamento, com prioridade ao transporte coletivo.
- (E) os deslocamentos por meio de transporte coletivo terem ficado em torno de 3 milhões de viagens/dia após a pandemia.

**05.** O título do texto – *Ocaso do transporte público em São Paulo* – permite concluir que

- (A) a região metropolitana de São Paulo dispõe de transporte eficiente.
- (B) o cenário do transporte público em São Paulo mostra sua recuperação.
- (C) o transporte público em São Paulo passa por um momento delicado.
- (D) a pesquisa traz dados auspiciosos sobre o transporte público em São Paulo.
- (E) a diminuição de usuários do transporte público em São Paulo é sazonal.

**06.** Considere as passagens:

- ... o mais **detalhado** levantamento sobre mobilidade urbana do Brasil... (1º parágrafo)
- ... a utilização do transporte público vinha em **declínio**. (4º parágrafo)
- Mundo afora, metrópoles populosas e ricas **privilegiam** o transporte coletivo... (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) pormenorizado; queda; refugam.
- (B) sintético; ascensão; desenvolvem.
- (C) extensivo; desprestígio; beneficiam.
- (D) minucioso; decadência; favorecem.
- (E) eficaz; diminuição; estimulam.

**07.** A expressão destacada está em sentido figurado na passagem:

- (A) Já os mais necessitados seguirão comprometendo a **própria renda** para conseguir o básico: se deslocar. (6º parágrafo)
- (B) ... superaram os realizados por meio de transporte coletivo (48,8%) deveria **tirar o sono** dos gestores públicos. (3º parágrafo)
- (C) Em 2023, segundo a OD, o volume de **viagens diárias** recuou 15,1% em relação a 2017, para 35,661 milhões. (2º parágrafo)
- (D) ... a população economiza e perde **menos tempo** em engarrafamentos, enquanto os administradores... (5º parágrafo)
- (E) ... o mais detalhado levantamento sobre **mobilidade urbana** do Brasil, que o Metrô paulista realiza desde 1967. (1º parágrafo)

08. Considere as passagens:

- ... não seja preciso sair **de** casa para ir ao banco, à escola ou fazer compras, por exemplo. (2º parágrafo)
- **Mas**, enquanto a queda geral nas locomoções por si só não é negativa, o fato de a pesquisa ter captado... (3º parágrafo)
- Levantamentos anteriores **já** detectavam que a utilização do transporte público vinha em declínio. (4º parágrafo)

Conforme seus empregos no texto, os termos destacados veiculam, correta e respectivamente, sentidos de:

- (A) lugar, oposição e tempo.
- (B) direção, conclusão e tempo.
- (C) causa, explicação e afirmação.
- (D) direção, oposição e conclusão.
- (E) lugar, explicação e afirmação.

09. A colocação pronominal atende à norma-padrão em:

- (A) Se perderão usuários e receita, o que tornará a gestão financeira do sistema de transporte público ainda mais desafiadora.
- (B) A renda dos mais necessitados comprometerá-se para que eles consigam o básico em seu dia a dia: fazer o próprio deslocamento.
- (C) Levantamentos anteriores detectaram que a utilização do transporte público vinha em declínio. Finalmente agora inverteu-se a curva.
- (D) A população da Região Metropolitana de São Paulo tem deslocado-se menos, conforme revelou a pesquisa Origem e Destino.
- (E) A série de mudanças tecnológicas e comportamentais que se consolidou, na atualidade, permite a realização de tarefas a distância.

10. De acordo com a pesquisa Origem e Destino, os deslocamentos por transporte individual chegaram \_\_\_\_\_ superar os realizados por meio de transporte coletivo, o que se comprova com \_\_\_\_\_ curva, que finalmente se inverteu. Em parte, isso se deve \_\_\_\_\_ mudanças de comportamento decorrentes da pandemia.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do trecho devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... à ... à
- (B) à ... a ... a
- (C) a ... a ... às
- (D) à ... a ... as
- (E) a ... à ... às

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Um atacadista vende canetas em pacotes de 12 unidades, e lápis em pacotes de 15 unidades. Um revendedor quer comprar pacotes de lápis e de canetas, de maneira que compre 1 lápis para cada 3 canetas. Nessas condições, o número mínimo de pacotes que esse revendedor deverá comprar (soma dos pacotes de lápis e de canetas) é

- (A) 19.
- (B) 18.
- (C) 20.
- (D) 17.
- (E) 21.

12. Um grupo de 3.000 voluntários saudáveis participou de um estudo clínico para a testagem de uma nova vacina, sendo que parte desses voluntários já havia contraído, uma única vez, o vírus que a vacina deve combater, e os demais nunca haviam sido contaminados. Após 6 meses do início dos estudos, 25% dos voluntários que nunca haviam se contaminado pelo vírus foram contaminados e, 4% dos voluntários que já haviam se contaminado antes do início do estudo contraíram o vírus mais uma vez. Se, no total, 561 voluntários foram contaminados pelo vírus, nesses 6 meses, o número de voluntários que, antes do início do estudo, já tinham contraído esse vírus era

- (A) 600.
- (B) 700.
- (C) 500.
- (D) 900.
- (E) 800.

13. Em certa cidade, os turistas são levados da praia até uma ilha próxima em grupos do tipo A, formados por 20 turistas, e grupos do tipo B, formados por 27 turistas. Os turistas são transportados por meio de motos aquáticas, que partem da ilha para ir buscar os primeiros turistas do dia. Essas motos são pilotadas por pessoal autorizado e levam um turista por vez. Qualquer moto aquática sempre leva o mesmo tempo para embarcar um passageiro, levar até a ilha, desembarcar e retornar para buscar mais passageiros.

Se 14 motos aquáticas levam 1 hora e 20 minutos para o transporte de 40 grupos do tipo A, o tempo mínimo necessário, para que 9 motos aquáticas transportem 50 grupos do tipo B, são

- (A) 4 horas e 20 minutos.
- (B) 3 horas e 50 minutos.
- (C) 3 horas e 30 minutos.
- (D) 3 horas e 10 minutos.
- (E) 4 horas e 40 minutos.

14. Um certo produto é comercializado em dois tipos de embalagem: caixa pequena, ao preço de R\$ 22 por caixa, e caixa grande, ao preço de R\$ 38 por caixa. Se com a venda de 80 caixas desse produto o valor obtido foi R\$ 2.176, a diferença entre os números de caixas pequenas e grandes envolvidas nessa venda é igual a

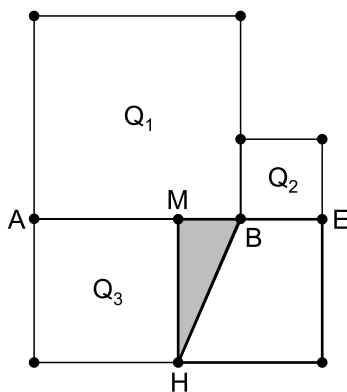
- (A) 26.
- (B) 28.
- (C) 32.
- (D) 30.
- (E) 24.

15. Considere a sequência lógica **1, 20, 300, 4.000, 50.000, ..., 900.000.000, 1.000.000.000, 110.000.000.000, 1.200.000.000.000...** Observe que, para escrever os 5 primeiros termos dessa sequência, foi necessário escrever 10 vezes o algarismo zero.

Seja  $N$  um número inteiro positivo. Escrevendo os  $N$  primeiros termos dessa sequência, foi necessário escrever 1.540 vezes o algarismo zero. O algarismo das unidades do número  $N$  é

- (A) 5.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 6.

16. No plano, o ponto  $M$  está sobre o segmento  $AE$ , tal que  $AM = ME$  e o ponto  $B$ , sobre o segmento  $AE$ , tal que  $AB$  é lado do quadrado  $Q_1$ , de área  $1.089 \text{ cm}^2$ , e  $BE$  é lado do quadrado  $Q_2$ , de área  $169 \text{ cm}^2$ , conforme mostra a figura a seguir:



Sabendo que  $H$  é um ponto do plano, tal que  $MH$  e  $MA$  são lados do quadrado  $Q_3$ , a área do triângulo  $BHM$  é

- (A)  $120 \text{ cm}^2$ .
- (B)  $115 \text{ cm}^2$ .
- (C)  $125 \text{ cm}^2$ .
- (D)  $130 \text{ cm}^2$ .
- (E)  $135 \text{ cm}^2$ .

17. Um curso de línguas tem 8 turmas, sendo que a turma de iniciantes em inglês tem mais de 40 alunos. Considerando as demais turmas, os números de alunos em cada uma são, respectivamente, 24, 22, 27, 31, 34, 19 e 25. Do total de alunos desse curso, três quintos estudam em turmas com mais de 25 alunos, logo, o algarismo das unidades do número de alunos da turma de iniciantes é
- (A) 0.
  - (B) 1.
  - (C) 2.
  - (D) 4.
  - (E) 3.
18. Em uma palestra estiveram presentes menos de 70 pessoas, todas formadas em matemática ou física, sendo que 40 delas eram matemáticos e 30 eram físicos, de modo que algumas pessoas tinham essas duas formações. Todos os 7 matemáticos que são físicos não trabalham em universidade e, no total, 20 dessas pessoas trabalham em universidade. Entre os matemáticos que não são físicos, 15 não trabalham em universidade. Considerando os participantes da palestra que têm formação apenas em física, a diferença entre o número dos que não trabalham em universidade e o número dos que trabalham em universidade é
- (A) 7.
  - (B) 4.
  - (C) 21.
  - (D) 19.
  - (E) 12.

19. Thelma, analista de processos do Município de Campinas/SP, foi encarregada de analisar e propor melhorias no fluxo dos processos de responsabilização de servidores públicos municipais. Os processos tratam de casos em que a Administração foi responsabilizada perante terceiros por condutas praticadas por servidores, no exercício de suas funções, e que precisa buscar junto aos agentes o ressarcimento pelos danos causados. A ideia é criar uma espécie de informativo, descrevendo o que a legislação autoriza a Administração Pública a fazer nessa hipótese.

Com base na situação hipotética e o disposto na Lei nº 1.399/55 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas), o informativo pode declarar que

- (A) o processo administrativo de ressarcimento dos danos causados pelo servidor deve ser instaurado após a condenação do Município por sentença judicial, ainda que não haja o trânsito em julgado do processo judicial.
- (B) o servidor público só deverá ressarcir o Município por condenações relacionadas a danos causados a terceiros caso tenha praticado o ato de forma dolosa.
- (C) o servidor só será responsabilizado pessoalmente caso a sua conduta tenha sido praticada com dolo ou culpa.
- (D) a responsabilidade do servidor, por atos praticados no exercício do cargo, é de natureza penal e administrativa, e não abarca a responsabilidade civil.
- (E) o servidor público pode pagar a sua dívida de parcelada, desde que a parcela não seja inferior a 20% de seus vencimentos.

20. Fábio, analista de processos do Município de Campinas/SP, está proferindo uma palestra no curso de formação de novos servidores públicos, em que explica os principais aspectos do Programa de Avaliação Probatória, previsto no Decreto nº 21.019/20. Durante a fase de perguntas, uma participante questiona sobre a possibilidade e impactos da nomeação de servidores em estágio probatórios para ocupar cargos em comissão e em função de confiança.

Com base na situação hipotética e o disposto no Decreto nº 21.019/20, Fábio poderá responder, de forma correta, que

- (A) o servidor pode ocupar o cargo em comissão e função de confiança e, caso as atribuições do novo posto não sejam compatíveis com as atribuições do cargo em provimento efetivo, o período de contagem do estágio probatório será suspenso.
- (B) o servidor público em estágio probatório não pode ocupar cargos em comissão, pois precisa comprovar que preenche os requisitos necessários para adquirir estabilidade no serviço público.
- (C) o servidor pode ocupar cargo em comissão, desde que tenha relação com as atribuições de seu cargo originário, hipótese em que a contagem do estágio probatório não será suspensa.
- (D) o servidor pode ocupar cargo em comissão ou função de confiança e o período de exercício será computado no estágio probatório, caso o seu chefe imediato declare que o exercício é compatível com as atribuições originais de seu cargo.
- (E) embora não possa ocupar cargo em comissão, o servidor pode ser provido em função de confiança e o período de exercício da nova atribuição será computado para fins de avaliação do estágio probatório, salvo se for exercido em ente federativo diverso do Município de Campinas/SP.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Alberto, que é cidadão brasileiro e engenheiro de profissão, ficou sabendo que um administrador público praticou um ato lesivo ao patrimônio histórico do Município e pretende tomar alguma medida para anular o referido ato administrativo. Considerando essa situação hipotética, e nos termos do que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que Alberto
- (A) não tem competência para ajuizar qualquer ação judicial, por não ser advogado, mas poderá comunicar o Ministério Público que poderá ajuizar ação civil pública.
  - (B) poderá ajuizar ação civil pública, mas terá que desembolsar as custas judiciais e poderá ser condenado no ônus da sucumbência.
  - (C) poderá propor ação popular, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
  - (D) poderá impetrar um mandado de segurança, mas terá que desembolsar as custas judiciais e ficará sujeito ao pagamento do ônus da sucumbência.
  - (E) poderá impetrar um mandado de segurança, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
22. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais.
- (A) O trabalhador tem direito a um piso salarial mínimo, bem como à irredutibilidade do salário, que não pode ser objeto de acordo ou convenção coletivos.
  - (B) A Constituição prevê a concessão de seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, e fundo de garantia do tempo de serviço.
  - (C) A indenização compensatória, que independe de lei, visa proteger a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa do trabalhador.
  - (D) O trabalhador tem direito à ação, quanto aos créditos das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
  - (E) É garantido o décimo terceiro salário com base no salário integral e remuneração do trabalho noturno superior à do diurno em, no mínimo, cinquenta por cento.

23. Policarpo é funcionário público municipal e ocupa o cargo efetivo de engenheiro, sendo responsável pela realização de perícias rotineiras do Município. Contudo, recentemente, sofreu um acidente que o obrigou a se afastar do serviço público, tendo ficado com alguma limitação em sua capacidade física. Passado algum tempo do acidente, Policarpo pretende retornar ao exercício de seu cargo na Administração Pública Municipal. Nessa situação hipotética, considerando o que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que Policarpo
- (A) tem o direito de retornar ao seu cargo de engenheiro, o qual exige apenas a plena capacidade mental, e não física, devendo a Administração oferecer ambiente adaptado e horário especial de trabalho.
  - (B) poderá ser readaptado para exercício de cargo compatível com a sua limitação, enquanto permanecer nessa condição, se possuir a habilitação e o nível de escolaridade exigidos ao cargo, com a remuneração do cargo de origem.
  - (C) tem o direito de retornar ao seu cargo de engenheiro, mesmo com a sua capacidade física limitada, e não poderá sofrer redução salarial, devendo ser mantida a sua remuneração integral.
  - (D) terá o direito de ser readaptado para um novo cargo, com a remuneração deste, ou poderá optar pela aposentadoria por incapacidade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
  - (E) não poderá retornar ao cargo de engenheiro se a sua incapacidade for permanente, por se tratar de cargo que exige plena capacidade física e mental, devendo ser aposentado por invalidez.

### NOÇÕES DE DIREITO PENAL

24. O funcionário público que cobra tributo devido por meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza,
- (A) comete crime de excesso de exação.
  - (B) comete crime equiparado ao de corrupção passiva.
  - (C) comete crime de peculato.
  - (D) comete crime de violência arbitrária.
  - (E) não comete crime algum, mas mera infração administrativa.

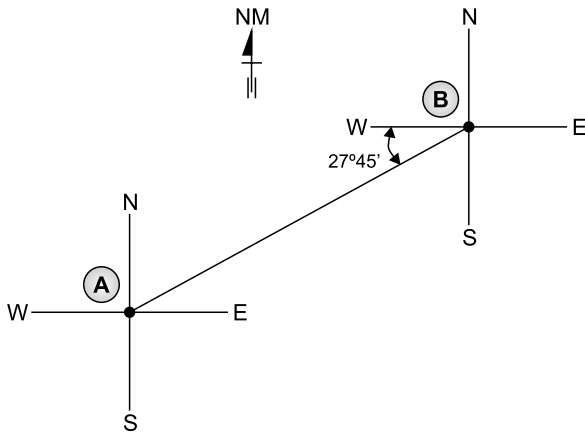
25. Na hipótese de um funcionário público que cometeu peculato culposo reparar o dano ao erário depois de proferida sentença irrecorrível que o condenou criminalmente, é correto dizer que
- (A) é extinta a punibilidade.
  - (B) nenhum benefício lhe socorre, tendo em vista a qualidade de funcionário do agente.
  - (C) nenhum benefício lhe socorre, tendo em vista a natureza do crime.
  - (D) nenhum benefício lhe socorre, tendo em vista o momento da reparação.
  - (E) a pena imposta é diminuída de metade.
26. O crime de abandono de função, de acordo com o Código Penal, tem pena aumentada se
- (A) praticado à noite ou em local ermo.
  - (B) ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira.
  - (C) praticado por militar em serviço ativo.
  - (D) resulta prejuízo público ou privado.
  - (E) praticado mediante violência ou grave ameaça.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL  
E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

27. Segundo a Lei Orgânica de Campinas, art. 118, o Município poderá realizar obras de interesse público local através de plano comunitário, mediante o percentual mínimo de adesão da população diretamente interessada, de
- (A) 51%
  - (B) 30%
  - (C) 42%
  - (D) 25%
  - (E) 75%
28. Segundo a Lei nº 11.749, de 13 de novembro de 2003, no Município de Campinas, para a concessão do alvará de uso para estabelecimentos com jogos eletrônicos, bingos, pebolim, *snooker* e similares, será exigida a distância mínima do perímetro do terreno de escolas de Ensino Fundamental e Médio, centros de reintegração social, hospitais, casas de repouso, asilos e similares, e de áreas institucionais estabelecidas na implantação do loteamento, de
- (A) 200 m.
  - (B) 50 m.
  - (C) 100 m.
  - (D) 150 m.
  - (E) 250 m.

29. Conforme o Código de Obras do Município de Campinas, Lei Complementar nº 09, de 23 de dezembro de 2003, para os terrenos, edificados ou não, a construção de muro em suas divisas obedecerá a altura máxima, contados do lado em que o terreno se apresentar mais alto, de
- (A) 2,50 m.
  - (B) 2,20 m.
  - (C) 3,00 m.
  - (D) 2,00 m.
  - (E) 1,80 m.
30. Segundo a Lei Complementar nº 312, de 15 de outubro de 2021, um dos parâmetros admitidos à implantação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social – EHIS-Cohab convencionais, excetuando os lotes de esquina, é de que os lotes deverão possuir testada mínima de 7,0 m e áreas, mínima e máxima, respectivamente, de
- (A) 115 m<sup>2</sup> e 180 m<sup>2</sup>.
  - (B) 150 m<sup>2</sup> e 275 m<sup>2</sup>.
  - (C) 126 m<sup>2</sup> e 250 m<sup>2</sup>.
  - (D) 90 m<sup>2</sup> e 126 m<sup>2</sup>.
  - (E) 175 m<sup>2</sup> e 300 m<sup>2</sup>.
31. Conforme a Lei Complementar nº 208, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo no município de Campinas, poderão ser parceladas em lotes, sem a necessidade de transferência de áreas públicas ao Município destinadas aos equipamentos públicos comunitários, as glebas convencionais que possuam área máxima de
- (A) 10 000 m<sup>2</sup>.
  - (B) 7 500 m<sup>2</sup>.
  - (C) 20 000 m<sup>2</sup>.
  - (D) 5 000 m<sup>2</sup>.
  - (E) 25 000 m<sup>2</sup>.

32. Considere o levantamento topográfico de duas estacas, A e B, da figura a seguir:

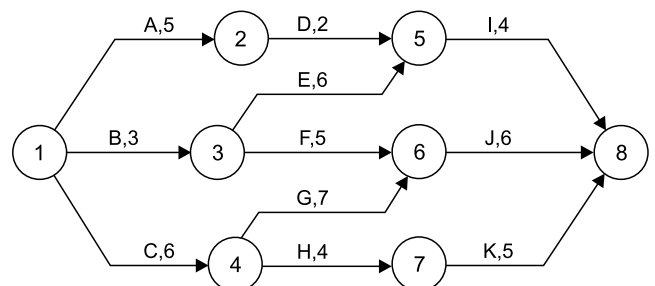


O rumo da linha da estaca A para a estaca B é

- (A) N27°45'E  
 (B) E27°45'N  
 (C) S62°15'W  
 (D) W27°45'S  
 (E) N62°15'E
33. Para os estudos iniciais de implantação de uma obra, foram realizados trabalhos geotécnicos de prospecção do solo de um terreno, do qual foi retirada uma amostra de solo com 2610 g de massa e volume de 1500 cm<sup>3</sup>. Após secagem em estufa, a massa da amostra resultou 2250 g. Se a massa específica dos sólidos é 2,50 g/cm<sup>3</sup>, o grau de saturação da amostra é
- (A) 30%  
 (B) 60%  
 (C) 80%  
 (D) 45%  
 (E) 20%
34. Para uma obra de terraplenagem, foi necessário executar o corte de solo de um terreno. Para o transporte do solo, foram feitas 100 viagens de caminhões com caçambas de 6 m<sup>3</sup> cada. Considerando que o empolamento do solo escavado é de 20%, o volume de corte do terreno é de
- (A) 400 m<sup>3</sup>.  
 (B) 480 m<sup>3</sup>.  
 (C) 380 m<sup>3</sup>.  
 (D) 440 m<sup>3</sup>.  
 (E) 500 m<sup>3</sup>.

35. No projeto de drenagem de águas pluviais de uma via pública, foi especificada a execução de uma rede de tubulações com diâmetro interno de 1000 mm, que deve transportar a água drenada a meia seção. O raio hidráulico a ser considerado no projeto é

- (A) 250 mm.  
 (B) 500 mm.  
 (C) 600 mm.  
 (D) 750 mm.  
 (E) 400 mm.
36. Para a construção de uma edificação, foi especificado que os revestimentos internos de paredes e tetos devem ser executados com a aplicação de gesso. Para atender às normas técnicas, o gesso que deve ser utilizado para esses revestimentos deve ter resistência mínima de aderência de
- (A) 150 kPa.  
 (B) 500 kPa.  
 (C) 50 kPa.  
 (D) 200 kPa.  
 (E) 100 kPa.
37. No projeto arquitetônico de um novo edifício da Administração Pública, com previsão de um fluxo médio de pessoas, a largura mínima dos corredores de uso público, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, é
- (A) 1,90 m.  
 (B) 2,10 m.  
 (C) 1,30 m.  
 (D) 1,50 m.  
 (E) 1,10 m.
38. O planejamento da reforma de uma loja comercial seguiu o cronograma PERT-CPM da figura a seguir, no qual as atividades estão representadas por letras, seguidas de suas durações em dias:



O prazo de conclusão da reforma é de

- (A) 13 dias.  
 (B) 15 dias.  
 (C) 19 dias.  
 (D) 11 dias.  
 (E) 14 dias.

39. Para o planejamento da construção de uma edificação, com duração de 6 meses, um engenheiro elaborou o cronograma físico-financeiro a seguir, composto por 7 itens:

Item	meses						Custo (%)
	1	2	3	4	5	6	
1	100%						4
2	30%	70%					10
3		50%	50%				16
4			30%	30%	40%		40
5				50%	50%		12
6					80%	20%	15
7						100%	3

Considerando que o custo total da construção da obra é de R\$ 100.000,00, o custo acumulado no final do quarto mês é de

- (A) R\$ 60.000,00.
- (B) R\$ 28.000,00.
- (C) R\$ 75.000,00.
- (D) R\$ 48.000,00.
- (E) R\$ 36.000,00.

40. Para a construção de uma edificação, optou-se pela produção de concreto em betoneira com traço em peso (1:2:3:0,6) e consumo de 350 kg de cimento por metro cúbico de concreto. Considerando que a areia utilizada possui massa unitária seca de 1200 kg/m<sup>3</sup> e 20% de inchamento, o volume necessário dessa areia, para produzir um metro cúbico de concreto, é

- (A) 0,85 m<sup>3</sup>.
- (B) 0,70 m<sup>3</sup>.
- (C) 0,45 m<sup>3</sup>.
- (D) 0,58 m<sup>3</sup>.
- (E) 0,65 m<sup>3</sup>.

41. Para o projeto de drenagem de águas pluviais em uma bacia hidrográfica, com área de 17,28 km<sup>2</sup>, foi contratado um estudo pluviométrico que indicou que a precipitação média anual na região é 730 mm. Considerando que o coeficiente de escoamento superficial da bacia é 0,25, a vazão média de águas pluviais que escoará para um rio que intercepta a bacia é de

- (A) 0,25 m<sup>3</sup>/s.
- (B) 0,30 m<sup>3</sup>/s.
- (C) 0,10 m<sup>3</sup>/s.
- (D) 0,35 m<sup>3</sup>/s.
- (E) 0,40 m<sup>3</sup>/s.

42. Na caracterização do hidrograma e do comportamento de uma bacia hidrográfica, o tempo transcorrido entre o início da precipitação e tempo em que a precipitação ocorrida já escoou através da seção principal, ou que o rio volta às condições anteriores da ocorrência da precipitação, é denominado tempo de

- (A) concentração.
- (B) de pico.
- (C) recorrência.
- (D) retardo.
- (E) base.

43. No projeto de pavimentação urbana de uma via de grande circulação de veículos, optou-se pela utilização de base de solo-cimento. Para a correta execução dessa base, deve-se determinar o teor de umidade da mistura, imediatamente antes da compactação, a cada trecho com extensão de

- (A) 50 m.
- (B) 100 m.
- (C) 20 m.
- (D) 40 m.
- (E) 80 m.

44. Um dos requisitos para a elaboração de projetos usuais de redes de distribuição de água para abastecimento público é que as velocidades máximas de dimensionamento devem corresponder a uma perda de carga na rede de até

- (A) 2 m/km.
- (B) 5 m/km.
- (C) 10 m/km.
- (D) 20 m/km.
- (E) 1 m/km.

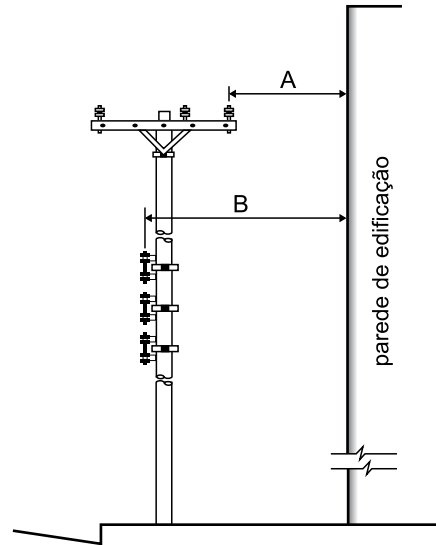
45. Para orçar a pintura de um metro quadrado de paredes internas de um edifício público, com tinta látex, um engenheiro utilizou a tabela de insumos unitários a seguir:

Insumo	Unidade	Quantidade	Custo unitário (R\$)
Pintor	h	0,5	16,00
Ajudante de pintor	h	0,4	10,00
Tinta látex acrílica	L	0,3	20,00
Selador	L	0,2	10,00
Lixa para parede	unidade	0,5	2,00

Considerando os dados apresentados e os encargos sociais e trabalhistas de 125% e o BDI de 25%, o preço do serviço para pintura de 200 m<sup>2</sup> de parede é

- (A) R\$ 9.000,00.  
 (B) R\$ 4.260,00.  
 (C) R\$ 5.280,00.  
 (D) R\$ 7.500,00.  
 (E) R\$ 12.200,00.
46. Para garantir a segurança do trabalho nos canteiros de obras, a altura máxima de torres de andaimes, com dimensões de base de apoio de 2 m por 2 m, quando não estaiadas ou não fixadas à estrutura da obra, é
- (A) 15 m.  
 (B) 12 m.  
 (C) 8 m.  
 (D) 6 m.  
 (E) 10 m.
47. Para aproveitar a energia hidráulica de escoamento de água de uma represa que pode fornecer a vazão de 1000 litros por segundo, planeja-se instalar uma turbina para a geração de energia elétrica. Com altura manométrica de 50 m, a potência que uma turbina com 75% de rendimento pode fornecer é
- (A) 350 CV.  
 (B) 500 CV.  
 (C) 200 CV.  
 (D) 250 CV.  
 (E) 950 CV.

48. Analise a figura a seguir de um sistema usual de estrutura de transmissão de energia elétrica com condutores nus, no qual há um poste instalado em frente à parede de uma edificação:



Considerando que a tensão da rede primária é de 15 kV e que a tensão da rede secundária é de baixa tensão, os afastamentos mínimos indicados pelas letras A e B são, respectivamente,

- (A) 1500 mm e 1200 mm.  
 (B) 1200 mm e 1000 mm.  
 (C) 1700 mm e 1500 mm.  
 (D) 1000 mm e 1000 mm.  
 (E) 3000 mm e 2500 mm.
49. Sobre os procedimentos referenciais para o gerenciamento de material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional e a sua disposição final, fica dispensado de caracterização química, ecotoxicológica e outros estudos complementares referentes à caracterização, o material dragado em cursos de água, lagos e reservatórios, a ser disposto em solo ou em águas sob jurisdição nacional, cujo volume dragado seja inferior a 10000 m<sup>3</sup> e desde que as amostras apresentem porcentagem mínima de areia de
- (A) 50%  
 (B) 60%  
 (C) 95%  
 (D) 98%  
 (E) 90%
50. O comando do AutoCAD que permite realizar cópias ordenadas de forma retangular ou polar do objeto desenhado ao redor de um ponto é denominado
- (A) ALIGN.  
 (B) COPY.  
 (C) OFFSET.  
 (D) ARRAY.  
 (E) COPYBASE.

# REDAÇÃO

## TEXTO 1

Nosso sistema jurídico estabelece restrições para estrangeiros deterem terras rurais. O artigo 190 da Constituição de 1988 delega a tarefa de regular e limitar para uma legislação que nunca foi elaborada, de modo que, a esse assunto, se aplica uma lei de 1971 e um decreto de 1974, os quais remetem as restrições à proteção da soberania territorial e função social da propriedade.

Quanto a esse tema, a Advocacia-Geral da União (AGU) mudou sua posição ao longo dos anos. Apesar de pareceres emitidos em 1994 e 1998 darem certa flexibilidade aos negócios de terras com estrangeiros, um parecer de 2010 opinou por revogar os anteriores e confirmar as restrições daquela lei e do decreto da década de 1970, resultando numa sistemática tão complexa e um processo tão rigorosamente controlado que, na prática, inviabiliza tais negócios.

Essa insegurança jurídica causa profundas implicações políticas e econômicas, pois, se de um lado há um argumento de proteção da soberania nacional\*, de outro se entende que tal imbróglio limita o investimento estrangeiro em mais esse setor estratégico, e impede o desenvolvimento de áreas rurais menos favorecidas.

(Paulo Bardella e Luísa Torelly. *O imbróglio da propriedade rural por estrangeiros no Brasil*. [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br), 07.01.2025. Adaptado)

\*soberania nacional: poder exercido por uma nação segundo o qual esta tem total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe de seu território, o que marca a independência dessa nação, sem influência ou comando direto ou indireto de outros Estados.

## TEXTO 2

Entre os sete países de maior extensão territorial no mundo, o Brasil é aquele com a lei mais liberal quanto à compra de terras por estrangeiros. O País, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, permite a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou companhias estrangeiras, desde que haja autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou, em casos de áreas mais extensas, do Congresso Nacional. O limite é de 25% do território do município onde as terras estão situadas. É possível adquirir ou arrendar mais do que isso, mas, nesse caso, é necessária a anuência do presidente da República.

As normas brasileiras visam proteger a soberania e o uso do território, especialmente em áreas estratégicas, mas há pressão para que sejam flexibilizadas, para estimular investimentos estrangeiros no agronegócio, o que também atende a interesses nacionais, afirma o advogado Lucas Brenner, especialista no setor.

O senador Irajá (PSD-TO) defende a flexibilização da compra de terras no país por estrangeiros. “Eu vejo com muita preocupação pessoas que têm algum tipo de preconceito com investimento nacional ou internacional. Se o estrangeiro respeita nossa soberania, as leis trabalhistas e o nosso arcabouço tributário, não há sentido segregar. É um tema ultrapassado. Do jeito que está hoje, um estrangeiro pode comprar todos os prédios da Avenida Paulista, mas não pode comprar uma propriedade rural. Isso não tem sentido”, disse o parlamentar.

(*Lei de terras no Brasil restringe menos estrangeiro que a de outros países*. <https://jornaldebrasil.com.br>, 08.01.2025. Adaptado)

## TEXTO 3

A globalização, as novas tecnologias da informação e a digitalização da vida social romperam fronteiras e afetaram o “poder absoluto e perpétuo que é próprio da República”. Hoje em dia estamos em todos os lugares. Contudo, há um elemento concreto que ainda escapa do alcance dessa nova regulação, dos algoritmos e dos *softwares*: o território dos Estados. A terra. O chão. As árvores.

Há um movimento internacional de proteção das riquezas e recursos naturais das nações. O mundo entende que a soberania sobre o território é poder e dominância. De países liberais, como os Estados Unidos, a potências nacionalistas, como a Rússia, vários são os países que impõem restrições à aquisição de terras por estrangeiros.

Estrangeiros não podem controlar terras rurais no Brasil. É uma exigência, um comando institucionalizado pela Constituição de 1988. E essa exigência deve ser lida à luz do princípio da soberania nacional. Porém, apesar da clareza do texto constitucional e da importância da proteção do território, esses limites constitucionais vêm sendo cada vez mais tensionados. Sobretudo a partir de 2008, diante da confluência de crises financeira, alimentar, energética e ambiental, estamos vivenciando uma verdadeira corrida global por terras, com agentes estrangeiros lançando mão de uma série de manobras jurídicas para driblar as restrições ao controle das propriedades rurais.

A soberania é condição de possibilidade da própria República. É o poder político e de decisão de um país dentro do seu território. Logo, não há dúvida de que vender terras para estrangeiros sem qualquer controle é renunciar a parte da soberania.

(Lenio Streck. *Nossa soberania não está à venda*. [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br), 25.11.2024. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## VENDA DE PROPRIEDADES RURAIS PARA ESTRANGEIROS: GERAÇÃO DE INVESTIMENTO OU PERDA DA SOBERANIA NACIONAL?

## REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

